

## O lado da imprensa nas eleições



Por **EUGÊNIO BUCCI\***

*O bom jornalismo não se acomoda num ponto intermediário entre a democracia e os usurpadores da palavra liberdade*

Há coisa de três semanas, a revista britânica *The Economist* afirmou que “outro mandato para o populista Jair Bolsonaro seria ruim para o Brasil e para o mundo”. Trata-se de uma tomada de posição: entre a reeleição do presidente que aí está e uma volta ao poder de Lula, a revista mais influente do mundo, considerada uma espécie de farol do liberalismo, aponta para a segunda alternativa, uma vez que “somente Lula pode impedir” (o segundo mandato do incumbente).

Para sustentar sua escolha, a *Economist* lista numerosas razões, desde a mania do atual presidente de proclamar sua virilidade sexual no alto de palanques até sua omissão em interromper a destruição da Amazônia. “Ele mina as instituições, da Suprema Corte à própria democracia”. Como é sabido, o semanário nutre ostensiva antipatia pelo receituário de esquerda. Logo, ao indicar discreta preferência por Lula, cuida de sugerir que o petista se desloque na direção do centro.

É legítimo que um órgão de imprensa veicule sua preferência por uma candidatura? Nas disputas eleitorais, sobretudo nas mais acirradas, as redações devem recomendar uma escolha? É correto que um jornal – e a *Economist* costuma se referir a si própria como um “newspaper”, não como “magazine” – assuma abertamente a sua predileção por um lado, em detrimento de outro?

Há controvérsias. É sabido que o *The New York Times*, em seus editoriais, tem o hábito de apoiar o partido Democrata. Já outros veículos fogem disso com todas as forças e jamais externam uma preferência por essa ou aquela legenda. Julgam que, se o fizessem, perderiam independência.

Adeptos da corrente que repele qualquer alinhamento das redações com disputas eleitorais, há no Brasil profissionais de imprensa que nem mesmo em segredo, nem mesmo no seu íntimo, acalentam qualquer propensão partidária. Em dias de eleição, eles se dirigem às urnas (pois isso é obrigatório no país), mas, chegando à cabine indevassável, não sufragam nem um lado nem outro – anulam o voto. Renunciando à sua condição de eleitores, imaginam exercer com mais isenção o papel de jornalistas.

Não é difícil de notar que há boas justificativas éticas para as duas atitudes. A *Economist* não erra em afirmar que “outro mandato para o populista Jair Bolsonaro seria ruim para o Brasil e para o mundo”. De seu ponto de vista, trata-se de um comportamento honesto, com base em constatações e argumentos lógicos. Do mesmo modo, também acertam os que preferem não indicar em quem cada pessoa deve votar ou deixar de votar. O fundamental é que, numa linha ou noutra, o periódico jogue limpo com o seu público, explicando seus motivos e os fundamentos de seu modo de proceder.

Em favor da *Economist*, lembremos que, em suas páginas, a cobertura factual não se separa da defesa de um ponto de vista. Num diário convencional, os editoriais (que expressam a opinião da casa) e as reportagens (que reportam os fatos) ocupam áreas claramente distintas: uma coisa é o que aconteceu ontem; outra, bem separada, é o que o jornal pensa sobre o que aconteceu ontem. Na *Economist* é diferente: todos os textos, em algum grau, são assumidamente informativos (reportagens) e opinativos (editoriais). Logo, a explicitação de escolhas valorativas é, mais do que natural, muitas vezes inevitável.

Pelas métricas do “newspaper” londrino, em situações em que “populistas” disputam o poder com líderes que não “minam as instituições” e a “democracia”, o que se deve fazer é cerrar fileiras contra os primeiros. Não há dúvidas possíveis. Nesse

ponto, a escolha da *Economist*, com tudo o que tem de natural e de inevitável, serve de paradigma. Seu diagnóstico desapassionado não é, nem de longe, um arroubo de campanha, mas um ato de razão.

Independentemente do estilo de cada redação, todas têm algo a aprender com esse juízo de valor. Quando o impasse se dá entre autocracia e democracia, a imprensa livre não tem como flertar com o autoritarismo, a menos que queira incorrer numa incongruência – ou em suicídio do pensamento.

Essa reflexão se impõe para toda a imprensa mundial e, de modo mais dramático, para a imprensa brasileira. Do sujeito que agora busca se reeleger já não se pode dizer que seja um defensor das instituições que sustentam o Estado Democrático de Direito. É desnecessário, além de ocioso, arrolar todas as evidências desse fato incontestável. Todos sabemos do que já era óbvio em 2018 e que agora, em 2022, se escancara numa cratera tão continental quanto vergonhosa. E então? De que lado deve ficar a imprensa? Ou, melhor, qual o lado natural e legítimo da imprensa livre? De que lado ela sempre esteve? Não terá chegado a hora de dizê-lo com a devida ênfase?

Não há equidistância jornalística entre a ditadura e a liberdade. O bom jornalismo não se acomoda num ponto intermediário entre a democracia e os usurpadores da palavra liberdade, que reclamam para si a “liberdade” de destruir a liberdade dos demais. Em meio à tensão exasperante que estamos enfrentando, seria saudável que isso ficasse público.

**\*Eugênio Bucci** é professor titular na Escola de Comunicações e Artes da USP. Autor, entre outros livros, de *A superindústria do imaginário* (Autêntica).

Publicado originalmente no jornal [O Estado de S. Paulo](#).

**O site *A Terra é Redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.  
[Clique aqui e veja como](#)**